



# Anais da Assembléia

N.º 135 ..... CURITIBA, QUINTA-FEIRA, EM 08 DE NOVEMBRO DE 1990 ..... ANO XVI

4.<sup>a</sup> SESSÃO LEGISLATIVA DA 11.<sup>a</sup> LEGISLATURA  
ATA DA 98.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA  
REALIZADA EM 08 DE NOVEMBRO DE 1990  
(QUINTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Algaci Túlio, secretariada pelo Senhor Deputado Basílio Zanusso e pela Senhora Deputada Vera Agibert.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Pirajá Ferreira, Algaci Túlio, Acir Mezzadri, Antônio Annibelli, Antônio Costenaro Neto, Basílio Zanusso, Caíto Quintana, Djalma de Almeida César, Erondy Silvério, Ezequias Losso, Gernote Kirinus, Haroldo Rodrigues Ferreira, Hermas Brandão, João Arruda, José Rogério Carvalho, Lindolfo Júnior, Luciano Pizzatto, Luiz Carlos Alborghetti, Namir Piacentini, Neivo Beraldin, Nereu Carlos Massignan, Nilton Barbosa, Pedro Tonelli, Rafael Greca, Raul Lopes, Renato Adur, Rubens Bueno e Vera Agibert (29). Achando-se ausentes os seguintes Senhores Deputados: José Afonso Júnior, Orlando Pessuti, Tadeu Lúcio Machado, Werner Wanderer, Antônio Bárbara, Artagão Mattos Leão, Cândido Bastos, David Cheriegate, Dirceu Manfrinato, Eduardo Baggio, Ferrari Júnior, Homero Oguido, Irondi Pugliesi, José Alves, José Felinto, Lauro Lobo Alcantara, Leônidas Chaves, Luiz Alberto Oliveira, Luiz Antonio Setti, Mário Pereira, Nelson Vasconcellos, Paulino José Delazeri, Paulo Furiatti, Sabino Campos e Valderi Mendes Vilela (25).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

SESSÃO.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2.º SECRETÁRIO - procede à leitura da Ata da sessão anterior.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Está em votação a Ata que acaba de ser lida.- Aprovada.

O SR. NEIVO BERALDIN (Pela Ordem) - Senhor Presidente, solicito verificação de votação da Ata.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Eu requeiro a chamada nominal dos Senhores Deputados.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - A Mesa defere e solicita ao Senhor 1.º Secretário que proceda à chamada nominal dos Senhores Deputados.

(É procedida à chamada nominal dos Senhores Deputados).

21 Senhores Deputados responderam à chamada nominal.

Aprovada a Ata.

O SR. 1.º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimento:

REQUERIMENTO N.º 2541

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, inclusão na Ordem do Dia e Parecer pela Comissão Geral de Plenário para o Projeto de Lei n.º 554/90, que isenta do ICMS os produtos da cesta básica.

Sala das Sessões, em 08.11.90.

(a) LINDOLFO JÚNIOR

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Concedo a palavra ao Senhor Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Senhor Presidente, Senhores Deputados.

Ontem solicitei da Mesa para apreciação, um requerimento solicitando a destituição do Procurador Geral da Justiça do Estado do Paraná, Chefe da Instituição do Ministério Público, sob a justificativa de que não está cumprindo com as suas atribuições como Chefe daquela Instituição, posto que foram requisitados documentos do Governo do Estado e até hoje não foram atendidos pelo Ministério Público.

Vejo aqui uma notícia encaminhada pelo Palácio Iguaçu, através da Secretaria de Estado da Comunicação Social, com a seguinte manchete: "inquérito vai apurar a denúncia de matanças". Esta notícia distribuída a todos os meios de comunicação do Estado do Paraná, através de uma Secretaria de Estado, se refere à campanha eleitoral, e isto comprova que o Governo do Estado que alardeia e que não está usando a máquina do Estado para a campanha do seu candidato não é verdadeira. Está usando e usando mal. Usando muito mal, Senhor Presidente.

Esta notícia informa que o Procurador,

o zeloso Procurador da Justiça, Dr. Chemim Guimarães, "em cima daquela suposta denúncia do "Caso Martinez", da propaganda eleitoral, de imediato, após ter visto o programa, surpreendido com os fatos, mandou fazer uma investigação e apurações de crimes de homicídios, denunciados por pessoas entrevistadas em programa de propaganda política dos candidatos ao cargo de Governador pela televisão no espaço gratuito reservado ao Tribunal Regional Eleitoral".

"Parte dessas denúncias - continuando - foram por igual divulgadas pelo Jornal "Folha de Londrina" ontem, observou o Procurador Geral da Justiça".

"Estes 'inúmeros crimes' (aspas do autor) - palavras dele - teriam acontecido na Região Oeste do Paraná entre 1963 e 1972, com promessas de recompensa por parte dos mandantes, e que não estariam todos atingidos pela extinção da punibilidade através da prescrição. Foram denunciados como mandantes dos crimes membros da família Martinez, inclusive o candidato a Governador".

Mas, no parágrafo seguinte do documento continua dizendo o seguinte: "o Procurador Geral da Justiça assinala ainda que 'perante a gravidade de tantas e tantas notícias criminosas, concomitantemente cabe-nos adotar providências para a realização de amplas diligências sobre a generalidade do fato".

Ora, primeiro ele cita o nome de uma pessoa e depois diz que a investigação é sobre a generalidade dos fatos. Generalidade dos fatos é uma investigação genérica, não é específica, não há denunciado, não há um crime: há genericamente uma investigação de suposto crime, mas no início já se aponta o criminoso.

E se contradiz ainda o Procurador ao final da nota quando informa a própria notícia que "o delegado Favetti determinou ainda ontem a designação de um delegado para presidir o inquérito policial, tendo sido incumbido da tarefa o Delegado Geral José Maria Correa que designou o Delegado Milton Rocha".

"O Secretário da Segurança ficou ainda de avistar-se com o Procurador Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, em visita ao Paraná, para expor-lhe o assunto e sugerir a designação de um Procurador para acompanhar o caso em razão de um envolvido ser Deputado Federal".

Ora! Antes a investigação era para a realização de amplas diligências sob a generalidade dos fatos. Ora! Se a investigação é sobre a generalidade dos fatos, de nada vale a intervenção do Delegado Favetti junto ao Procurador Geral da República, Aristides Junqueira Alvarenga, que venha participar da investigação porque está en-

volvido um Deputado Federal.

Ora! Se é genérico, não pode ser específico. Se tem um Deputado Federal envolvido, a investigação é específica, e o próprio Procurador se contradiz, se desmente, zeloso que é da instituição que preside, mas não foi zeloso com este Parlamentar e com este cidadão e desde maio deste ano solicitou a requisição de documentos através do Ministério Público. Não está sendo zeloso com o Executivo que não cumpre a lei, que não obedece o Ministério Público. Esta instituição que lutou para escolher o chefe da instituição, os seus integrantes, certamente vão lutar para que o chefe da instituição seja zeloso também nos atos do Executivo...

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Vossa Excelência passa a falar no Horário das Lideranças.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Obrigado, Senhor Presidente.

...onde está o zelo em relação aos atos do Executivo, porque a omissão do Executivo quando não cumpre o que determina a Constituição e as leis responde por crime de responsabilidade.

É necessário então que o Procurador solicite do Delegado Favetti, do Procurador Junqueira, do Delegado Especial José Maria Corrêa, que saiam atrás da investigação?

Não é necessário porque o dever é da Assembléia. E a Assembléia não tem um Dr. Chemim Guimarães que se omite. Tem Deputados e é um Poder livre, independente e soberano e como tal deverá agir.

O meu requerimento, Senhores Deputados, pede a abertura de um processo de destituição. Mas, o mais importante deste requerimento é que eu peço que se encaminhe cópia ao Procurador para lhe dar o direito de defesa. Há uma acusação no meu requerimento e se esse requerimento for recusado os Deputados estarão recusando não o meu requerimento; estarão recusando o direito de defesa do Procurador do Estado. E eu quero e é preciso que a Assembléia se decida porque o direito de defesa do Procurador é a forma de esclarecer este Poder do que está acontecendo; por que é que se escondem 220 mil documentos na área do Executivo que terá que vir para esta Assembléia? Qual é o mistério que está dentro desses 220 mil documentos? Quais as empresas agenciadoras de publicidade que receberam 20% de cada contrato? Quais os valores; quanto corresponde isso em relação à educação? Quanto corresponde em relação à Segurança Pública que o Deputado Alborghetti, um batalhador? Quantas viagens Deputado Alborghetti foram deixadas de comprar nesse período todo? Aonde estão

as psicólogas para as delegacias? Aonde estão os advogados para atender os pobres da Defensoria Pública? Aonde estão as casas populares? Aonde está o Governo?

Esses 220 mil documentos não são meros documentos. Serão 220 mil testemunhas perante a história, perante a verdade, perante o Parlamento e perante a Comissão de Fiscalização. Este Governo se nega a prestar conta dos seus atos. E o Ministério Público através de seu chefe se omite na sua omissão constitucional e aí está o facto.

Duas comparações: numa zeloso, rápido, imediato envolvendo o Delegado, chefes, delegados gerais, procuradores da República, meios de comunicação, a máquina do Estado para divulgar isto. No outro, o silêncio, a omissão criminosa de quem não resguarda a Constituição.

Repito e peço aos Deputados hoje, vamos dar ao Dr. Chemim Guimarães o direito de defesa. E o direito de defesa para se explicar nesta Assembléia que o escolheu é vir aqui prestar contas da sua omissão. Senão da omissão, trazer aqui 220 mil documentos que deve a este Poder.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - No Grande Expediente concedo a palavra ao Senhor Deputado Basílio Zanusso.

O SR. BASÍLIO ZANUSSO - Senhor Presidente, Senhoras e Senhores Deputados.

O que me traz a esta tribuna são as notícias constantes e freqüentes dos órgãos de imprensa do Paraná, acerca da campanha que promovem algumas Prefeituras do Paraná, tendo como seu líder maior o Presidente da Associação dos Municípios do Paraná, com relação à votação das Mensagens de pedido de suplementação, encaminhadas a esta Casa.

Ainda hoje, Senhor Presidente, recebi um telex do Prefeito do Município de Uniflor, nos termos seguintes:

"Deputado Basílio Zanusso, urgente, peço empenho na votação suplementação orçamentária e na nova regulamentação de ICMS, de grande importância para Municípios do Paraná".

Idêntica solicitação também recebi através de telefonemas de Prefeitos de Paranacity, Alto Paraná, Inajá, Presidente Castelo Branco e outros. E os jornais insistem em afirmar que os pedidos de suplementação não foram votados porque assim não o desejam os Senhores Deputados das Bancadas do PRN e do PFL.

Eu não tenho procuração para falar em nome dos ilustres Deputados da Bancada do PRN, mas autorizou-me o líder da minha Bancada, do PFL, para que registrasse aqui, nessas nossas modestas palavras e

sucintas considerações, acerca do nosso posicionamento, da nossa Bancada.

Na oportunidade em que se discutiu e votou os pedidos de suplementação, este Deputado votou contrariamente porque na 1.ª discussão a Casa examina o aspecto constitucional das proposições, e eu votei contra o aspecto constitucional por entender que, além de tudo nenhuma informação melhor estava no bojo da Mensagem.

Mas, tanto eu quanto os demais integrantes da nossa Bancada estivemos aqui, demos quórum e votamos.

E o movimento de alguns Prefeitos, de algumas Prefeituras, movimento que fazem no Paraná, é acima de tudo, em protesto aos Deputados Estaduais, é incabido, politiquês! Senão vejamos o que dizem os Prefeitos de Santa Isabel do Ivaí e também o Prefeito de São José dos Pinhais. Diz Santa Isabel do Ivaí: "-que, em Santa Isabel do Ivaí, o Prefeito, Luiz Eduardo Casagrande, considerou a iniciativa do Presidente da AMP, Associação dos Municípios do Paraná, um desrespeito ao povo, para ele o povo não tem nada a ver com a questão de parar as Prefeituras e sacrificar a comunidade"; e tece algumas considerações.

No caso de Moacir Piovezan diz que os Prefeitos devem administrar os seus Municípios com a disponibilidade de seus recursos. Portanto, o que ensejou o encaminhamento, a representação e um pedido de mandado de segurança do Deputado Ferrari Júnior contra o Presidente da Casa, que no seu entendimento, do Deputado Ferrari Júnior, faltou o cumprimento e observâncias a dispositivos regimentais; foi uma medida isolada do Deputado Ferrari Júnior, não houve a manifestação das Bancadas do PFL e do PRN, ou de Deputados que acompanhassem o Deputado Ferrari Júnior. Não há o que fazer nesta Casa, Senhor Presidente, Senhores Deputados, se não aguardar o pronunciamento sereno, altivo, imparcial da justiça do Paraná, acerca do rumoroso assunto, e além do estudo que certamente a justiça fará sobre as disposições regimentais e constitucionais que envolvem o assunto, há também uma preocupação que é de conhecimento do Paraná e do Brasil, estamos às portas de uma eleição, a poucos dias de uma eleição, onde o povo haverá de eleger na segunda oportunidade, porque já o fez na primeira, fará na segunda no dia vinte e cinco de novembro, elegendo o sucessor de Álvaro Dias. Portanto, Senhores Deputados, não podíamos deixar de trazer aqui esse pronunciamento rápido, sucinto, para falar bem do posicionamento das nossas Bancadas, especialmente da Bancada do PFL, que não teve outro comportamento se não o de aqui comparecer e manifestar-se, como fiz, pedindo algumas informações pa-

ra que orientasse o meu voto, e votei contrariamente, repito, na primeira oportunidade, mas estive aqui, como estive antes e estive agora, a semana toda, e estarei também aguardando para a próxima semana, provavelmente esta Casa virá discutir as Mensagens, mas não há se não a maldade e a orientação Política daqueles que querem tirar vantagem numa oportunidade como esta, às vésperas de eleição, quando quem dá de pronunciar-se não é a Assembléia Legislativa se não o Poder Judiciário. Portanto, se alguma pressão está sendo feita, esta campanha sistemática e constante promovida por algumas Prefeituras não são dirigidas aos Deputados, mas sim ao Poder Judiciário, que deve manter-se ausente e distante dos acontecimentos Políticos eleitorais. Era isso Senhor Presidente e registro que gostaríamos de deixar feito nos Anais desta sessão.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Algaci Túlio) - Passamos ao horário das Lideranças.

Com a palavra a Liderança do PMDB.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Senhor Presidente, Senhores Deputados:

Eu ouço até estarecido o vibrante pronunciamento do Deputado Nereu Massignan no que diz respeito ao Dr. Luiz Chemim Guimarães, Procurador de Justiça do Estado do Paraná. Não advogo contrariamente ao direito do Parlamentar de solicitar nesta Casa que se faça uma comissão, que se tente enquadrar, que se responsabilize por omissão, se é que ela existe, não estou aqui reconhecendo, mas que se analise as questões. O que não posso acreditar é de ouvir de um companheiro de tanta luta, de uma origem ideológica voltada à defesa dos interesses dos mais sofridos, dos segmentos mais avançados da nossa população, a tentativa de em razão de um pedido seu por omissão de uma informação aliás, do meu ponto de vista mal formulado, porque é genérica, seria como eu fazer um pedido de informação sobre todos os atos praticados por um Governo, sem definir qual. Mais de duzentos e vinte mil documentos que o Deputado não foi capaz de dizer qual. Qual contrato? Com que empresa? Com que emissora está se pretendendo levantar. No entanto, o que acho estranho no que diz respeito à denúncia formulada no Horário do TRE pelo Movimento Democrático Trabalhista, é que uma acusação estarecedora, na verdade que cita nome de pessoas, que se propõe a prestar um depoimento, que vem em público confessar um crime, e que nós queiramos que a justiça do nosso Estado não instaure um inquérito para levantar a veracidade dos fatos. Existem viúvas, existem órfãos, existem assassinatos que estão sendo colo-

cados no ar, e nada mais do que a justiça poderia fazer era determinar o levantamento de um inquérito policial para saber se é verdade. Existe uma responsabilidade de quem praticou. O ato que deveria ser pleiteado por ambas as partes seria exatamente a definição na justiça da veracidade dos fatos acontecidos. Porque a retirada pura e simples do ar por três dias do programa do PMDB não vai sanar a responsabilidade de crimes que eventualmente tenham acontecido, não vai ressuscitar as pessoas que eventualmente tenham sido assassinadas, não vai devolver nem pai, nem mãe, para possíveis órfãos do período de colonização o Paraná. Eu acho que o caminho exatamente é o da justiça. E acredito que além do direito de resposta legítimo a ser pleiteado pelo outro candidato, que não o fez, por sinal, além de pedir a retirada do programa deveria ser o primeiro interessado em responsabilizar a produção pela veiculação das declarações e pedir a instauração de processo para que viesse à luz, a verdade. O que não se pode admitir é que acusações desse tamanho, aliás já relatadas em livros no passado, aliás convocadas, Deputado Gernote Kirinus, pelo então Deputado Euclides Scalco na CPI da Terra que convocou pessoas para prestar declarações, depoimentos, e que existe na CPI. Nós queremos, agora, que a Procuradoria de Justiça do Paraná se mantivesse omissa, não levantasse os fatos, como se a simples retirada do programa viesse devolver a vida aos possíveis assassinatos nas colonizações do Paraná.

Lamentavelmente, Deputado Kirinus, o meu tempo está esgotado, mas eu tenho certeza de que esse assunto será debatido aqui neste Plenário, principalmente se se quiser acusar o Ministério Público e a Procuradoria Geral de Justiça do Paraná de estar invadindo área alheia, quando ela está cumprindo o seu dever.

Muito obrigado.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Pela ordem, Senhor Presidente.

(Assentimento).

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Apenas para esclarecer o seguinte: em nenhum momento vim aqui criticar a iniciativa do Procurador. Eu estou criticando a sua omissão em relação ao dever constitucional que ele tem de trazer a esta Casa, Deputado Caíto Quintana, não um pedido genérico, são contratos de publicidade assinados pelo Governo Álvaro Dias desde o dia 15 de março até o dia 20 de maio de 1989. É um pedido objetivo. E crime de responsabilidade ou crime de homicídio, os dois são crimes; não há diferença porque um é Go-

vernador e o outro é candidato a Governador. Se há crime, ele tem que ser investigado, seja de um tipo ou seja do outro. Não se pode permitir que o Procurador Geral da Justiça, o Dr. Chemim Guimarães, se transforme num cabo eleitoral. Na verdade ele tem que ser chefe da instituição. Se há crime, que se investigue. Se já houve na CPI, aqui da Assembléia, a denúncia desses crimes, há que se investigar outro crime: a omissão das autoridades da época que não investigaram. Os delegados da época o que fizeram?

Eu não estou criticando a iniciativa do procurador...

O SR. CAÍTO QUINTANA - No Congresso Nacional, pelo seu companheiro Euclides Scalco.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - ...Eu estou criticando a omissão do procurador. Não estou aqui discutindo a posição do Deputado Euclides Scalco. Eu conheço os dados da época porque na época foram levantados os crimes. Por que não se fez inquérito e se o fez o procurador não tem que mandar abrir novo inquérito e reabrir inquérito antigo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Defesa brilhante de Vossa Excelência.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Encerrado o Horário das Lideranças, passamos à

#### ORDEM DO DIA:

com a presença de 29 Senhores Deputados.

Passaremos à apreciação da matéria, constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Senhores Deputados:

#### EM VOTAÇÃO

3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 499/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 168/90) que institui a Fundação Universidade Estadual do Vale do Iguaçu - UNIVALE, com sede e foro na cidade de Palmas, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Com EMENDAS DE PLENÁRIO.

Sobre o projeto várias Lideranças estão conversando. Transfiro a votação para o final, após a votação dos demais projetos.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 309/89, de autoria do Deputado Algaci Túlio, que concede estímulos especiais a pessoas domiciliadas em território paranaense que doaram, em vida, órgãos passíveis de serem transplantados quando de sua morte, com o propósito de restabelecer

funções vitais à saúde. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 224/90, de autoria do Deputado Caíto Quintana, que declara de Utilidade Pública a Associação dos Funcionários do Departamento Estadual de Transporte Oficial, com sede e foro nesta Capital. Em REGIME DE URGÊNCIA. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 341/90, de autoria do Deputado Artagnão Mattos Leão, que dá nova redação do Artigo 1° da Lei n° 9249, de 16 de maio de 1990. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 459/90, de autoria do Deputado Cândido Bastos, que concede Título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Senhor Ozeil Moura dos Santos, pelos relevantes serviços prestados ao nosso Estado e ao País. Com PARECER FAVORÁVEL da Comissão Geral. Aprovado, artigo por artigo.

#### EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 352/89, de autoria dos Deputados Renato Adur e Luciano Pizzatto, que autoriza o Poder Executivo a privatizar o Serviço de Transporte Marítimo de Veículos (Ferry-boat), na Baía de Guaratuba. Em REGIME DE URGÊNCIA.

Sobre o referido projeto, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

#### COMISSÃO GERAL

#### PROJETO DE LEI N° 352/89

#### PARECER:

O presente plano de lei, de autoria dos nobres Deputados Renato Adur e Luciano Pizzatto, visa autorizar o Poder Executivo a privatizar o Serviço de Transporte Marítimo de Veículos (Ferry-boat), na Baía de Guaratuba.

Analisada a matéria nada encontra esta Comissão no seu aspecto legal e constitucional que possa obstar a normal tramitação da mesma por esta Augusta Casa de Leis.

Quanto ao seu aspecto meritório, o benefício advindo para o desenvolvimento turístico de Guaratuba será enorme, evitando-se as quilométricas filas que se formam nos meses de temporada, além de evitar o congestionamento e o perigo do tráfego na outra opção de ida ao litoral que seria

pela BR-116.

Nestas condições, é o nosso Parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação. É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.11.90.

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Presidente

(a) ALGACI TÚLIO

Relator

Aprovado.

O SR. PEDRO TONELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, eu requero verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Vai se proceder à verificação de votação.

Os Senhores Deputados que aprovam o Projeto n° 352/89, que visa privatizar o serviço de transporte marítimo de Guaratuba, queiram se levantar.

O SR. ANTÔNIO ANNIBELLI (Pela Ordem) - Senhor Presidente, da mesma forma como Vossa Excelência passou o item 01 da pauta para o último projeto a ser votado, eu faria um apelo a Vossa Excelência para que também passasse este para o último lugar a fim de que o nosso projeto da UNIVALE não sofresse mais retardamento.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Transfiro.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 376/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti e outros, que cria o Colégio Agro-técnico Estadual "Padre Olímpio-Jesuíta", a ser instalado no polo educacional da sede de Ivaiporã. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 523/90, de autoria do Deputado Orlando Pessuti, que declara de Utilidade Pública a Associação das Senhoras da Caridade de São Vicente de Paulo. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 529/90, de autoria dos Deputados Tadeu Lúcio Machado e Algaci Túlio, que concede o Título de Cidadão Honorário do Paraná ao médico José Cardoso Azevedo. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei n° 534/90, de autoria do Deputado Pirajá Ferreira, que concede o Título de Cidadão Honorário do Estado do Paraná ao Doutor Miguel Nasser Filho. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - Do Projeto de Resolução n°

112/90, de autoria da Comissão Geral, (ex-Proposição n° 138/90), que autoriza o Poder Executivo, através do ITCF, alienar a Antonio Fernandes de Mello e Francisco de Assis Andrade, o imóvel que especifica, na Colonia Boa Ventura no Município de Pitanga. Aprovado.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 017/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 20/90), que ratifica o 1° Termo Aditivo firmado em 20/11/89, referente ao Convênio celebrado em 20/07/89, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná S/A, objetivando o agenciamento financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

PROPOSIÇÃO N° 017/90

PARECER:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 20/90, a proposição em tela, visa ratificar o Termo Aditivo firmado em 20/11/89, referente ao convênio celebrado em 20/07/89, entre a Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, a Secretaria de Estado da Fazenda e o Banco do Estado do Paraná, objetivando o agenciamento financeiro do Fundo Estadual de Desenvolvimento Urbano.

A presente proposição, solicita a ratificação desta Casa, ao convênio supracitado, nos termos do artigo 54, inciso XXI, da Constituição Estadual.

Por motivo de urgência, este convênio foi celebrado em 20/11/89.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 019/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 22/90), que ratifica Convênio, em 20 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", objetivando a realização do "Projeto Guaraqueçaba" para propiciar melhoria das condições de vida da população do Mu-

nicipio de Guaraqueçaba.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 019/90

PARECER:

A presente proposição, oriunda da Mensagem n° 22/90, visa a ratificação ao convênio já firmado, por motivo de urgência, em 20 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente e da Secretaria de Estado da Saúde e a Fundação "Casa do Estudante Universitário do Paraná", objetivando a realização do "Projeto Guaraqueçaba", para propiciar melhoria das condições de vida da população do Município de Guaraqueçaba.

A proposição em tela atende ao disposto no Art. 54, XXI, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução em anexo. É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.11.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 22/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 25/90), que ratifica o Protocolo de Intenções, de janeiro de 1990 entre o Estado do Paraná e o Ministério dos Transportes, objetivando formalizar entre as partes a intenção do Governo Federal em repassar à FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A, recursos federais correspondentes à parcela do capital social da empresa subscrita pela União.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 22/90

PARECER:

Oriunda da Mensagem Governamental n° 25/90, a presente proposição solicita a ratificação por esta Casa de Leis ao Protocolo de Intenções, de janeiro de 1990 entre o Estado do Paraná, e Ministério dos Transportes, objetivando formalizar entre as partes a intenção do Governo Federal em repassar à FERROESTE - Estrada de Ferro Paraná Oeste S/A - recursos federais correspondentes à parcela do capital social da empresa subscrita pela União.

Conforme reza a Constituição Estadual, em seu artigo 54, inc. XXI, que é competência privativa da Assembléia Legislativa ratificar os convênios, que por motivo de urgência e de relevante interesse, forem efetivados sem essa autorização.

Nestas condições, vemos que a presente proposição obedece os preceitos constitucionais vigentes.

Assim sendo, é o nosso parecer FAVORÁVEL, opinando-se pela sua ratificação, na forma do projeto de resolução em anexo.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.90.

(a) WERNER WANDERER

Presidente

(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR

Relator

Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 027/90, de autoria do Poder Executivo (Mensagem n° 30/90), que ratifica o convênio n° 20/90 COMEC celebrado em 22 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Araucária, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação da Avenida Archelau de Almeida Torres, na sede do referido Município.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 027/90

PARECER:

A presente proposição, oriunda da Mensagem Governamental n° 30/90, visa a ratificação ao Convênio n° 02/89 - COMEC, já celebrado por motivo de urgência, em 22 de dezembro de 1989, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, com a participação da Coordenação da Região Metropolitana de Curitiba - COMEC e o Município de Araucária, objetivando aplicação de recursos financeiros estaduais na pavimentação da Avenida Archelau de Almeida Torres, na sede do referido município.

A proposição em tela atende ao disposto no Art. 54, XXI, da Constituição Estadual, não existindo óbice de natureza constitucional, legal ou regimental que impeça a sua normal tramitação neste Poder.

Nestas condições, nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua aprovação, na forma do projeto de resolução em anexo. É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.11.90.



(a) WERNER WANDERER  
Presidente  
(a) JOSÉ AFONSO JÚNIOR  
Relator

PROPOSIÇÃO N° 31/90

PARECER:

Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 028/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 33/90), que referenda os Convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios conforme especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL  
PROPOSIÇÃO N° 028/90

PARECER:

Oriunda do Poder Executivo, Mensagem n° 33/90, a proposição em tela visa, referendar os convênios celebrados entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios conforme especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos existentes e a serem construídos na forma do Programa Paraná Rural.

Os referidos convênios foram celebrados anteriormente a 05.10.89, data da promulgação da atual Constituição Estadual.

Não havendo óbice de natureza legal ou constitucional, o nosso parecer é FAVORÁVEL, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 08.11.90

(aa) WERNER WANDERER - Presidente;  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

Aprovada.

EM VOTAÇÃO

DISCUSSÃO ÚNICA - Da Proposição n° 031/90, de autoria do PODER EXECUTIVO (Mensagem n° 36/90), que ratifica os Convênios celebrados em 12.10.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios que especifica, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e futuras na forma do Programa Paraná Rural.

Sobre a referida proposição, Parecer da Comissão Geral, nos seguintes termos:

COMISSÃO GERAL

Oriunda do Poder Executivo, a Proposição em tela visa ratificar os convênios celebrados em 12.10.89, entre o Estado do Paraná, através da Secretaria dos Transportes e do Departamento de Estradas de Rodagem e os Municípios de Inácio Martins, Jaboti, Palmital, Pitanga, Rebouças e Teixeira Soares, objetivando a manutenção e proporcionar condições de implantação de trechos de estradas existentes e a serem construídos na forma do Programa PARANÁ RURAL.

Não havendo óbice de natureza legal e constitucional, nosso parecer é favorável, opinando-se pela sua APROVAÇÃO, na forma do projeto de resolução que em anexo encaminhamos.

É o parecer.

Sala das Sessões, em 08.11.90

(aa) WERNER WANDERER - Presidente;  
JOSÉ AFONSO JÚNIOR - Relator.

Aprovada.

Suspendo a sessão por cinco minutos.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Está reaberta a sessão.

Em votação o Projeto de Lei n° 499/90.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, apenas para ler um documento que nós estamos encaminhando à Comissão de Fiscalização desta Casa.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Após a votação da matéria, eu concederei a palavra a Vossa Excelência.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Em votação as Emendas n°s de 1 a 5 REJEITADAS.

Em votação as Emendas n°s 6 e 7 APROVADAS.

APROVADO o Projeto que irá à Redação Final.

Em votação o Projeto do "ferry-boat". REJEITADO.

O SR. RUBENS BUENO - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, na Ordem do Dia não consta o Projeto de Lei Complementar n° 152/90, consulto V.Exa.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Houve um acordo, não sei se foi com V.Exa., ou com o Deputado autor, Deputado Caíto Quintana para retirada por três sessões até que se atualizasse o referido projeto.



O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, em virtude do projeto de lei complementar estar em Regime de Urgência nós fazemos um apelo a V.Exa. para recolocá-lo na Ordem do Dia da próxima segunda-feira, com a anuência do Líder do Governo.

O Deputado Caíto Quintana concorda com a reinclusão.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Segunda-feira.

O SR. RUBENS BUENO - Na próxima segunda-feira? Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Deputado Adur, V.Exa. requereu verificação de votação?

Srs. Deputados que aprovam o projeto.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Matéria vencida. Tratou de royalties, etc.

O SR. RENATO ADUR - Presidente, eu gostaria de saber como é que ficou o projeto?

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Foi rejeitado.

O SR. PRESIDENTE (Anibal Khury) - Srs. Deputados que aprovam o projeto de autoria do Deputado Adur, queiram levantar-se.

10 Srs. Deputados aprovam.

Srs. Deputados que rejeitam queiram levantar-se.

13 Srs. Deputados rejeitam.

Não há quórum para votação.

O SR. RENATO ADUR - (Pela Ordem) ... Requeiro chamada nominal, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Dez aprovam, treze rejeitam.  
Não há quórum para votação.

O SR. RUBENS BUENO - Sr. Presidente, uma questão de ordem. O projeto já havia sido votado, matéria vencida. Houve uma consulta posterior...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Não. É porque V.Exa. foi mais ligeiro que o Deputado Adur...

O SR. RUBENS BUENO - Não, Excelência. Já havia sido ... (VOZES PARALELAS), basta consultar, Sr. Presidente, as notas taquigráficas.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Deputado, eu sou obrigado...

O SR. RENATO ADUR - Retiro a chamada nominal.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) ... a proceder à verificação de votação. Agora, eu não sei, em latim diz que a lei não protege quem dorme, mas o Deputado estava meio acordado. Não há número para votação...

O Sr. Nereu Carlos Massignan - Dornienti bus non securit de juri. (?)

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - É isto mesmo aí. Então vamos lá. O ferry-boat continua em processo de votação.

Com a palavra o Deputado Nereu Massignan.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - (Pela Ordem) - Passo a ler um documento que estamos encaminhando à Comissão de fiscalização no seguinte teor: (LÊ: "Requerimento - Requer através da Comissão de fiscalização, investigação sobre a decretação de tarifas beneméritas, e concedidas às Empresas de Transporte Coletivo de Passageiros, crime contra a economia popular e contra a legislação eleitoral.  
Senhor Presidente.

Os Deputados subscritores, REQUEREM seja instaurada rigorosa investigação sobre os últimos aumentos das tarifas do transporte coletivo, pelas seguintes razões e fatos aqui expostos:

Tradicionalmente os reajustes tarifários, do transporte coletivo de passageiros no Estado do Paraná, era realizado pelo Núcleo dos Serviços de Transporte Comercial - DSTC, vinculado à Secretaria dos Transportes, que se baseava em uma planilha de custos, adremente conhecida das empresas e organizada, exclusivamente com Critérios Técnicos. Tínhamos então uma tarifa Técnica ou seja, em pesquisas e até verdadeiras auditorias nas empresas o DSTC, aferia a realidade dos custos, para que as tarifas espalhassem a realidade inflacionária (fator determinante dos constantes reajustes) e não o mero arbítrio do Estado. Tarifa política como se costuma dizer, é aquela deferida sem critérios, apenas ao sabor e vontade do governante do dia.

Lamentavelmente é o que está acontecendo no Paraná. Não bastasse o retrocesso institucional - a retirada de critérios técnicos, para decisões políticas que privilegiam interesses escusos.

Pelo Decreto nº 7076, publicado no Diário Oficial em 11.07.90, o Governador do Estado, avocou para si as revisões das tarifas para o transporte coletivo intermunicipal.

Pelo Decreto 7244, de 22.08.90, foi

autorizado o primeiro aumento, quando se concedeu reajustes da ordem de 33,35% para as linhas rodoviárias e 27,47% para as linhas metropolitanas e posteriormente em 16.10.90, pelo Decreto n° 7343, um novo absurdo reajuste da ordem de 31,88% para as linhas rodoviárias e 27,03% para as linhas metropolitanas.

Basta comparar-se com os índices oficiais da inflação, no período dos 54 dias entre um aumento e outro, para chegar-se à conclusão que efetivamente os aumentos foram magnânicos aos empresários.

Como a denúncia configura crime de lesa-pátria, porque no momento em que o Governo Central enfrenta verdadeira guerra contra a inflação, não é de admitir-se que tais procedimentos tenham vez aqui no Paraná. Obrigar a população a se submeter a uma tarifa escorchantes, contribuindo assim para aumentar a inflação, patrocinar lucro abusivo às empresas, REQUER-SE seja dado a conhecer também da presente denúncia, os seguintes poderes constituídos na República:

- 1) Presidência da República
- 2) Ministério da Economia
- 3) Ministério da Justiça
- 4) Polícia Federal
- 5) Tribunal Regional Eleitoral
- 6) Tribunal de Contas do Paraná.

Requer-se também, na primeira fase dos trabalhos de investigação, a juntada dos documentos inclusos e os depoimentos das seguintes pessoas:

- Secretário dos Transportes - Francisco Deliberador Neto;
- Chefe de Gabinete do Secretário dos Transportes - Ari Fernandes;
- Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte de Passageiros no Estado do Paraná - Dante Luis Francheschi;
- Presidente do Sindicato das Empresas de Transporte Rodoviário Intermunicipal de Passageiros do Estado do Paraná - RODOPAR - Sr. Adair Casagrande.
- e do Assessor do Excelentíssimo Senhor Governador do Estado do Paraná - Nasib Jabur.

Além disso, REQUER-SE seja requisitado com a devida urgência do DSTC, os seguintes documentos:

- 1) Planilha de Custos Tarifários de janeiro a julho de 1990.;
- 2) Relação de todos os reajustes, desde julho de 1989 até julho de 1990, concedidos pelo DSTC, com os respectivos índices;
- 3) Exposição de motivos do DSTC, para que os reajustes tarifários fossem via Decreto Governamental, evidentemente se existir.

Sala das Sessões, em 08.11.90

(aa) LUCIANO PIZZATTO

NEREU CARLOS MASSIGNAN

Documentos Inclusos:

- 1) Planilha de Custos
  - 2) Três Decretos Governamentais."
- (Termina de ler)

Era isso, Sr. Presidente e Srs. Deputados. Este requerimento, como independe de votação do Plenário, encaminharemos à Mesa para que faça chegar às mãos do Presidente da Comissão de Investigação, Deputado João Arruda.

Muito obrigado.

O SR. CAÍTO QUINTANA - (Pela Ordem) - Sr. Presidente, requeiro de V.Exa. a cópia do requerimento em razão de não fazer parte da Comissão para que possa tomar conhecimento das alegações do fiel escudeiro e defensor do Governo Collor, com razão ao levantamento perfeito...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Ironias à parte, Deputado, V.Exa. Conhece bem a nossa posição.

O SR. CAÍTO QUINTANA - V.Exa. está defendendo o rigor do combate à inflação quando o Governo ontem anunciou 27% de aumento no combustível e nas necessidades básicas do povo brasileiro.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - V.Exa quer desviar o assunto. Nós vamos discutir tarifa concedida pelo Governador por decreto sem planilha.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu não vou discutir com V.Exa. anti-regimentalmente. Eu espero que nós possamos discutir isso numa sessão da Assembléia porque V.Exa mudou o rumo do seu comportamento ideológico.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - V.Exa. não é agente do DOPS para ficar...

O SR. CAÍTO QUINTANA - Eu estou me dirigindo à Mesa. Sr. Presidente, eu estou em questão de ordem. Esse moço está meio histérico hoje.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - V.Exa., além de tudo, não mostra nem um mínimo de educação porque V.Exa. é muito mais apaixonado defensor de Sarney do que de Collor. V.Exa. não tem autoridade para fiscalizar posturas ideológicas de Deputados...

(tumulto)

O SR. CAÍTO QUINTANA - Falar sozinho é fácil.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Eu estou

debatendo.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Debatendo não é isso.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - V.Exa. é que não quer debater.

O SR. CAÍTO QUINTANA - Solicito cópia de V.Exa para poder tomar conhecimento das sérias denúncias do Deputado Nereu Massignan.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) A Mesa quer saber do Deputado Nereu Massignan se encaminha através da Presidência essa denúncia.

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Encaminho através da Presidência para que faça chegar às mãos...

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) - Se for através da Presidência, o requerimento depende de número. A Mesa só endossará o requerimento...

O SR. NEREU CARLOS MASSIGNAN - Então, eu retiro esse encaminhamento e farei diretamente à Comissão de Fiscalização.

O SR. PRESIDENTE - (Anibal Khury) Perfeitamente.

Sobre a mesa, requerimento de n° 2541, de autoria do Sr. Deputado Lindolfo Júnior, constante do expediente. Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para segunda-feira, dia 12, à hora regimental, com a seguinte

#### ORDEM DO DIA:

##### EM VOTAÇÃO

- 1.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 352/89.
- 4.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei n° 499/90.
- 3.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei n°s 309/89, 224/90, 341/90 e 459/90.
- 2.<sup>a</sup> DISCUSSÃO - do Projeto de Lei Complementar n° 152/90, e dos Projetos de Resolução n°s 124/90, 125/90, 126/90, 127/90, 128/90, 129/90 e 130/90.

DISCUSSÃO ÚNICA - das Proposições n°s 11/90, 13/90, 14/90, 18/90, 20/90, 23/90, 24/90 e 25/90.

Levanta-se a sessão.

RECEITA

ORÇAMENTÁRIA

RECEITAS CORRENTES

RECEITA TRIBUTÁRIA .....	0,00
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES .....	0,00
RECEITA PATRIMONIAL .....	0,00
RECEITA AGRO-PECUÁRIA .....	0,00
RECEITA INDUSTRIAL .....	0,00
RECEITA DE SERVIÇOS .....	0,00
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES .....	340.000.000,00
OUTRAS RECEITAS CORRENTES .....	197.537,42
	<u>340.197.537,42</u>

RECEITAS DE CAPITAL

OPERAÇÕES DE CRÉDITO .....	0,00
ALIENAÇÃO DE BENS MÓVEIS E IMÓVEIS .....	0,00
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL .....	4.000.000,00
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL .....	0,00
	<u>4.000.000,00</u>
	<u>344.197.537,42</u>

EXTRAORÇAMENTÁRIA

DÉBITOS DE TESOURARIA .....	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS .....	61.395.069,96
FUNDOS ESPECIAIS .....	0,00
CONTAS A REGULARIZAR .....	0,00
CONTAS DO REALIZÁVEL .....	0,00
ACORDOS E CONVÊNIOS .....	0,00

CRÉDITOS DE DESPESAS A PAGAR

FORNECEDORES .....	29.169.347,39
DESPESAS COM PESSOAL .....	303.976.236,85
OUTRAS DESPESAS A PAGAR .....	0,00
	<u>333.145.584,24</u>
	<u>394.540.654,20</u>

SALDOS DO MÊS ANTERIOR

CAIXA .....	0,00
BANCOS .....	281.273.376,05
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCARIAS .....	0,00
TÍTULOS A RECEBER .....	0,00
DEVEDORES DIVERSOS .....	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS .....	0,00
	<u>281.273.376,05</u>

TOTAL .....1.020.011.567,67

ARTR MIGUEL

ORÇAMENTÁRIA

DESPESA

LEGISLATIVA .....	289.009.537,49
JUDICIÁRIA .....	0,00
ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO .....	0,00
AGRICULTURA .....	0,00
COMUNICAÇÕES .....	0,00
DEFESA NACIONAL E SEG. PÚBLICA .....	0,00
DESENVOLVIMENTO REGIONAL .....	0,00
EDUCAÇÃO E CULTURA .....	0,00
ENERGIA E RECURSOS MINERAIS .....	0,00
HABITAÇÃO E URBANISMO .....	0,00
INDÚSTRIA, COMÉRCIO E SERVIÇOS .....	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES .....	0,00
SAÚDE E SANEAMENTO .....	0,00
TRABALHO .....	0,00
ASSISTÊNCIA E PREVIDÊNCIA .....	0,00
TRANSPORTE .....	0,00
	<u>289.009.537,49</u>

EXTRAORÇAMENTÁRIA

RESTOS A PAGAR

PAGAMENTOS .....	275,89
CANCELAMENTOS .....	16.469,35
	<u>16.745,24</u>

DÉBITOS DE TESOURARIA .....	0,00
DEPÓSITOS DE DIVERSAS ORIGENS .....	46.616.592,67
FUNDOS ESPECIAIS .....	0,00
CONTAS A REGULARIZAR .....	0,00
CONTAS DO REALIZÁVEL .....	0,00
ACORDOS E CONVÊNIOS .....	0,00

DÉBITOS DE DESPESAS A PAGAR

FORNECEDORES .....	27.562.479,69
DESPESAS COM PESSOAL .....	290.543.122,22
OUTRAS DESPESAS A PAGAR .....	0,00
	<u>318.105.601,91</u>
	<u>364.738.939,82</u>

SALDO PARA O MÊS SEGUINTE

CAIXA .....	0,00
BANCOS .....	366.263.090,36
VINCULADO EM CONTAS CORRENTES BANCÁRIAS .....	0,00
TÍTULOS A RECEBER .....	0,00
DEVEDORES DIVERSOS .....	0,00
DIVERSOS RESPONSÁVEIS .....	0,00
	<u>366.263.090,36</u>

TOTAL .....1.020.011.567,67